

IPEA

Relatório de Atividades - 1980



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

Senhor Presidente do Conselho de Administração

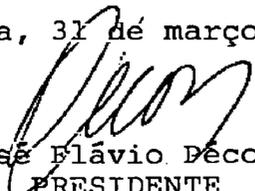
Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - IPEA, referente ao exercício de 1980.

O IPEA, consciente de sua responsabilidade como órgão auxiliar da Secretaria de Planejamento da Presidência da República na elaboração, execução e acompanhamento dos programas de desenvolvimento econômico e social do País, procurou desenvolver de forma harmônica e eficiente as atividades estabelecidas em seu programa de trabalho para o exercício.

O relatório a seguir demonstra, de forma resumida e setorialmente as principais realizações do Instituto em 1980.

Reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

Brasília, 31 de março de 1981


José Flávio Decora
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Antonio Delfim Netto
Digníssimo Presidente do Conselho de Administração do
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - IPEA



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (IPEA).
PRESIDÊNCIA

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

O Instituto de Planejamento - IPLAN, que tem como função básica o assessoramento à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na elaboração e implementação da política e do Planejamento governamental, aí incluído o desenvolvimento regional, teve participação expressiva na realização de trabalhos e no fornecimento de subsídios para a condução da Política Econômica do País.

São eventos dignos de destaque em 1980:

- a) a incumbência de administrar, a nível da SEPLAN, o PIN/PROTERRA;
- b) a incumbência de atuar como Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Social - CDS;
- c) a montagem do Centro de Recuperação e Tratamento de Informações (CRTI) - que dispõe de um mini-computador, de mais equipamentos periféricos e terminais do SERPRO e do IBGE - com vistas à organização de uma base de dados mais ampla e de rápida recuperação;
- d) a elaboração da Ação Coordenada do Governo (1980-1985), em caráter de documento de trabalho interno do Instituto;

Com referência às atividades desenvolvidas durante o exercício, salienta-se a sua participação nos seguintes programas:

Programas Especiais de Desenvolvimento Regional: coordenação, análise, avaliação, acompanhamento e assessoramento na concessão e liberação de recursos dos Programas: POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, ALBRÁS/ALUNORTE, POLOCENTRO, REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA, PROJETO SERTANEJO, AGROINDÚSTRIA, RECURSOS HÍDRICOS, PROMAT, PRODENOR, PRONORPAR, PRODOPAR, PROMIRIM, PRONOROESTE, PROSUL, PROLITORAL.

Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos: atendendo às novas diretrizes estabelecidas na Resolução nº 005/80, do CDS, houve

um redirecionamento das atividades desse Programa com vistas a operacionalizar os 335 CSU's já construídos. Desses, 319 já se encontram em fase de desenvolvimento de operações e 16 em fase pré-operacional.

O atendimento direto das populações das áreas de influência dos Centros, nos campos da saúde e nutrição, educação e cultura, trabalho, previdência e assistência social, esporte e lazer, atingiu um total estimado de três milhões de pessoas assistidas, com mais de 16 milhões de atendimentos.

O IPLAN, através das coordenadorias de Planejamento Global, Regional e Setorial e do Centro Nacional de Recursos Humanos elaborou vários trabalhos e estudos, com o objetivo de oferecer subsídios a autoridades governamentais e prestar informações a entidades internacionais e instituições diversas, destacando-se dentre eles:

- Principais Efeitos do Imposto de Exportação;
- Vinte Anos de ALALC e sua Reestruturação;
- A Atual Política Salarial;
- Projeções para o Orçamento Monetário de 1981;
- Efeitos Esperados das Recentes Medidas Relacionadas ao Comércio Exterior;
- Os Países Novos Face à Nova Divisão Internacional do Trabalho: Estratégias do Desenvolvimento e Perspectivas;
- Metodologia para Elaboração de uma Matriz de Fluxos e Fundos para o Setor Público Brasileiro;
- Três Décadas das Principais Culturas Agrícolas-Produção, Área e Rendimento (Brasil e Regiões, 1947-1979);
- Análise das Fontes de Crescimento da Agricultura Brasileira;
- Estudo sobre o Setor de Estanho no Brasil;
- Estrutura da Indústria de Transformação no Brasil;
- Situação do Carvão Mineral no Brasil;
- Estudo sobre Possibilidades de Aproveitamento Integral do Coco de Babaçu;

- Estudo Relativo à Convenção sobre Transporte Multimodal Internacional de Cargas;
- Análise sobre Navegação de Longo Curso e Parque Nacional de Indústria de Construção Naval;
- Estudo sobre Transporte e Energia;
- Estudo de Transportes entre o Brasil e os Países do Grupo Andino;
- Projeto de Estudos para Aproveitamento das Várzeas Amazônicas;
- Cidades de Pequeno Porte: suas funções como apoio ao desenvolvimento da agropecuária;
- Plano da Casa Rural - PLACAR;
- Emprego: Resultante Econômica ou Imperativo Social?
- O Comportamento Recente do Mercado de Trabalho Formal nas Regiões Metropolitanas;
- Turnos de Trabalho e Política de Emprego;
- Mercado de Trabalho Rural;
- Prioridades Governamentais de Política Social;
- Situação e Perspectivas de Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Como órgão de assessoramento técnico e de apoio ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CDS, por intermédio do Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH, merece destaque a participação na elaboração dos seguintes Programas:

- Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde - (PREV-SAÚDE);
- Programa Nacional de Apoio às Migrações internas;
- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (III PRO-NAN).

O IPLAN elaborou mensalmente os "Indicadores Conjunturais" e trimestralmente os relatórios de Desempenho da Economia Brasileira.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

INSTITUTO DE PESQUISAS

O Instituto de Pesquisas - INPES, que tem por finalidade planejar, dirigir, orientar e coordenar as atividades de pesquisas econômicas e sociais a cargo do IPEA, desenvolveu, em 1980, um programa de pesquisas voltado para os principais problemas estruturais da economia brasileira.

Foram 5 as áreas abrangidas pelas atividades de pesquisa:

a) Área de Energia

Nesta área desenvolveu-se um conjunto de sub-modelos para a tentativa de construção de um modelo global, de longo prazo, para avaliação e definição de uma política energética nacional. Para a construção deste modelo global, desenvolveram-se, em associação com o IPT de São Paulo, o sub-modelo de bio-massa; em associação com a FINEP, um modelo de otimização para o carvão mineral; e, em associação com a PETROBRÁS, um modelo de oferta de derivados de petróleo. Outros modelos construídos são o de oferta de Energia Elétrica e o de avaliação econômica dos xistos oleígenos como fonte energética. Realizou-se também uma análise de demanda de combustíveis para veículos automotores no Brasil e o estudo dos impactos do desenvolvimento da Petroquímica sobre o balanço de pagamento e o consumo de energia.

b) Área de Macroeconomia

Foi objeto de investigação profunda nesta área a estrutura de produção, consumo e salários no Brasil, estudando-se sua evolução e inter-relacionamento. Foi implantada a rotina de geração de indicadores antecedentes para o Produto Industrial, para a Indústria de Transformação, para o Emprego Industrial e para a inflação. Desenvolveu-se ainda a primeira versão de um modelo macroeconômico para o Brasil e fez-se uma análise institucional de Política Monetária, bem como o estudo, para o período 1960/76, dos preços, salários e distribuição da renda na indústria brasileira de transformação.

c) Área de Comércio Exterior

O objetivo desta área foi o de analisar a política comercial e os incentivos industriais no Brasil, delimitar os dilemas da política cambial e avaliar o desempenho recente das exportações de bens de capital do Brasil. Estudou-se também a opção entre capital de empréstimo e capital de risco, tendo em vista suas implicações para o balanço de pagamentos e para a economia brasileira em geral. Desenvolveram-se ainda estudos sobre o balanço de pagamentos, crescimento econômico e substituição de importações.

d) Áreas de Finanças Públicas e Economia Urbana e Regional

Três principais vertentes compuseram estas áreas: a primeira se baseou no estudo sobre a organização do setor público, englobando as formas de financiamento das diferentes políticas governamentais, a repartição de recursos e atribuições entre diferentes níveis de governo; a segunda tentou caracterizar o perfil de pobreza nas áreas metropolitanas, visando avaliar o impacto de alguns instrumentos voltados para a superação dos desníveis de bem-estar nessas metrópoles e, finalmente, a terceira objetivou avaliar a experiência e eficácia de institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil.

e) Área de Economia Agrícola

Recebeu a atenção central desta área uma análise pormenorizada dos mecanismos institucionais do crédito rural, sua quantificação, bem como o estudo das fontes de recursos utilizados e repercussões sobre a política monetária. Iniciou-se, em convênio com o INCRA, a estudar o fenômeno das migrações internas e a pequena produção agrícola na Amazônia, na tentativa de caracterizar e definir a experiência de colonização e regularização fundiária do INCRA.

Paralelamente, através do Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE, como decorrência das modificações introduzidas nesse Programa em 1979, foram selecionados mediante concurso de âmbito nacional e financiados em 1980, 17 projetos de pesquisa, que estão em andamento em diversas regiões do País:

- Urbanização e Custos numa Economia em Desenvolvimento: O caso de Minas Gerais;

- Sistema Financeiro no Brasil;
- Análise Matemática: Um Texto para Economistas;
- Livro-Texto de Programação Linear;
- Análise Macroeconômica: Um Texto Intermediário;
- Análise da Viabilidade de um Estudo sobre a Magnitude e o Perfil da Imigração Estrangeira para o Brasil no período 1873/1932;
- A inflação Brasileira no Pós-Guerra: Monetarismo x Estruturalismo;
- Inflação e Balanço de Pagamentos: Uma Análise Quantitativa das Opções de Política Econômica;
- As Causas da Evolução Recente da Posse dos Bens Duráveis no Brasil;
- Fundamentos da Política Pública;
- Aspectos Recentes do Desenvolvimento Agrícola Paulista;
- Características e Natureza do Crescimento Industrial: 1906/1914;
- Salário e Produtividade na Indústria de Transformação - 1970/1976;
- Treinamento, Experiência e Educação na Formação de Mão-de-Obra Qualificada;
- Os salários na Teoria Econômica;
- Estrutura Industrial no Brasil: Concentração e Diversificação;
- Conflito e Regulação Estatal - Ensaio sobre a Lógica da Ação Coletiva.

Através do Serviço Editorial, que em 1980 passou a integrar a estrutura organizacional do INPES, foram mantidas as atividades de editoração para divulgação de pesquisas e estudos realizados na área de planejamento econômico que, além da revista "Pesquisa e Planejamento Econômico" e do boletim "Literatura Econômica" produziu as seguintes publicações:

I - Série "Textos para Discussão Interna"

- TDI. 13 - Política Orçamentária e Efeitos na Demanda Agregada;
- TDI. 14 - Política Econômica, Emprego e Distribuição da Renda na Agricultura Brasileira;
- TDI. 15 - Crédito Subsidiado e Formação de Capital na Agricultura Brasileira;
- TDI. 16 - Inflação, Desemprego e Hiato do Produto;
- TDI. 17 - A Memorandum on the Anti-Export Bias in Commercial Policies and Export Performance: The Recent Brazilian Experience;
- TDI. 18 - Recent Effective Tariff Protection for Brazil;
- TDI. 19 - On the Measurement of Protection for Developing Countries;
- TDI. 20 - Growth and Export Expansion in Developing Countries: Some Empirical Evidence;
- TDI. 21 - Progresso Técnico. Mecanização ou Destruição Criadora?
- TDI. 22 - Política do Café e Desvalorização Cambiais durante a Década de 30;
- TDI. 23 - Choques, Política de Acomodação e Salários Relativos;
- TDI. 24 - Desvalorizações Cambiais, Indústria e Café: Brasil, 1862/1906.
- TDI. 25 - Taxas de Câmbio Efetivas, Nominais e Reais: Brasil, 1959 - 1978;
- TDI. 26 - Política de Promoção Industrial: Os Incentivos Fiscais e Financeiros;
- TDI. 27 - Investimentos Brasileiros no Exterior;
- TDI. 28 - Modelos de Emprego: Resenha e Notas para Uma Discussão Informada;
- TDI. 29 - Barreiras Não Tarifárias às Importações;
- TDI. 30 - Industrialização e Incentivo Fiscal: Minas Gerais no Período 1970/1977;
- TDI. 31 - Uma Equação para a Demanda de Moeda no Brasil.

II - Coleção "Estudos para o Planejamento"

EP. 23 - Distribuição Funcional na Indústria de Transformação: Aspectos da Parcela Salarial.

III - Coleção "Relatórios de Pesquisas"

R - 46 - O Setor Privado Nacional: Problemas e Políticas para seu Fortalecimento.

Publicou-se, ainda, o segundo volume da coletânea de monografias sobre "Modernização Administrativa" e a obra "A Empresa Pública no Brasil: Uma Abordagem Multidisciplinar", além de ter promovido a reedição da obra "Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil - 1939/1952".



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

O Instituto de Programação e Orçamento - INOR, ao qual compete o apoio técnico à Secretaria de Planejamento da Presidência da República na articulação entre a programação do Governo e os orçamentos anuais e plurianuais, bem como programar, dirigir, orientar e coordenar as atividades orçamentárias da União, teve participação expressiva em 1980 no fornecimento de subsídios para a tomada de decisões estratégicas, no que se refere à política orçamentária.

As atividades desenvolvidas agrupam-se em três campos:

a) Estudos, Acompanhamentos e Análises

- acompanhamento e análise da evolução dos principais setores da economia que geram receitas para o Tesouro;
- estimativa dos indicadores econômicos básicos para a previsão da Receita;
- reestimativa da Receita para 1980;
- estimativa da Receita para o Orçamento de 1981 e projeções preliminares da Receita para o período de 1981 a 1983;
- acompanhamento e interpretação das alterações na legislação econômico-fiscal, quantificando suas repercussões sobre a receita;
- regulamentação dos fundos, resultando na edição da Portaria SEPLAN nº 069 de 28/04/80;
- estudos sobre a rotina de aprovação dos orçamentos próprios, acompanhamento das despesas com pessoal, sistema de créditos, implantação do Cadastro Descritivo de projetos e atividades e revisão e integração dos sistemas de processamento de dados;

- montagem de estatística orçamentária e de balanços dos Estados brasileiros e dos Municípios mais importantes de cada Unidade da Federação, para subsidiar as análises de financiamento, da dependência e de capacidade de poupança e investimento dessas esferas de governo;
- análises das variáveis do setor monetário;
- análises das variáveis do balanço de pagamentos;
- análises das variáveis do setor público.

b) Metodologias e Implementações

- montagem de modelo de Programa Geral de Despesas da esfera federal, tendo-se completado para os setores da Educação e Saúde, os primeiros Programas de Despesa que envolvem a enunciação de objetivos, a identificação da programação estratégica correspondente e a quantificação orçamentária respectiva;
- definição de um modelo de Sistema de Acompanhamento da Dívida Pública, interna e externa;
- atualização do documento: Sinopse das Receitas Públicas;
- elaboração dos documentos: Política Salarial e Imposto de Renda; Receita da União - Séries Estatísticas - 1970 a 1979; Receita da União - Estudos Básicos - Orçamento de 1981; e Consolidação da Legislação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes.

c) Capacitação

No que se refere a este campo, o INOR participou ativamente da capacitação de técnicos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Para tanto, colaborou com organismos que atuam na área, principalmente o CENDEC e a ESAF, destacando-se os seguintes cursos:

- Cursos de Programação Financeira, promovidos pela ESAF/COCITEF;
- Curso de Planejamento do Setor Público, promovido pelo CENDEC em convênio com os Ministérios Militares;
- Curso de Planejamento Governamental, promovido pelo CENDEC e Governos dos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Paraíba;
- Curso de Projetos Agrícolas para a América Latina, patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas;
- Curso sobre Introdução ao Planejamento Governamental, promovido pelo CENDEC, em Florianópolis.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico - CENDEC, tem como objetivo básico promover e realizar cursos sobre desenvolvimento econômico e sobre planejamento econômico geral, setorial e regional, bem como cursos de treinamento em outras áreas relacionadas com a elaboração e execução de planejamento econômico.

Em 1980 foram consolidadas as reformas introduzidas no exercício anterior, o que permitiu a realização de 17 programas de treinamento, entre cursos e seminários, com uma carga horária total de 4.422 horas, proporcionando treinamento a 513 técnicos brasileiros e 25 estrangeiros.

a) Cursos e Seminários de âmbito Nacional:

- V Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial - CITRE, em Convênio com o Ministério das Relações Exteriores;
- Curso de Programação, Orçamentação, Controle e Avaliação de Programas, ministrado a técnicos da CEPLAC, em Itabuna-BA;
- V Curso de introdução ao Planejamento do Desenvolvimento, em continuidade ao programa de treinamento conjunto entre o CENDEC e os Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, destinado a oficiais superiores;
- I Curso de Especialização em Planejamento de Transportes Urbanos, atendendo solicitação da EBTU;
- IX Curso de Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos, dentro do programa básico do CENDEC;
- XI Curso de Planejamento a Nível Estadual, realizado em Florianópolis-SC, em colaboração com a SAREM;

- XII Curso de Planejamento a Nível Estadual, na cidade de João Pessoa-PB, atendendo solicitação da SAREM;
- Curso de Treinamento de Técnicos do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos;
- Seminário sobre Elaboração, Execução, Controle Orçamentário e Programação Financeira, realizado em Itaipava-Petrópolis-RJ, para profissionais de nível superior do Ministério das Minas e Energia.

b) Cursos e Seminários de âmbito Internacional

- V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional, em cooperação com o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social-ILPES;
- III Curso Regional Latino-Americano de projetos Agroindustriais, dentro do programa de cooperação conjunta entre o CENDEC e o Instituto de Desenvolvimento Econômico - IDE, do Banco Mundial;
- I Curso Nacional de Planejamento Social, em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF;
- I Curso Regional de Políticas de Desenvolvimento Econômico;
- I Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado a Nível Regional, realizado em Campo Grande-MS;
- Seminário sobre Modelos de Planejamento;
- Seminário sobre Energia e Desenvolvimento.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (IPEA)
PRESIDÊNCIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Gabinete da Presidência - GAB, como órgão de apoio e assessoramento administrativo, proporcionou aos órgãos do IPEA o necessário suporte em administração geral, financeira, de recursos humanos e de assessoria jurídica.

Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) acompanhamento, registro e controle da execução orçamentária, por unidade e por programa de trabalho, bem como fornecimento de subsídios às diversas áreas, destinados à elaboração das propostas orçamentárias;
- b) acompanhamento, controle e avaliação da execução dos convênios e contratos firmados pelo IPEA;
- c) elaboração do balanço e demonstrativos financeiros, ordenação das tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores, preparação da prestação de contas do exercício;
- d) recebimento, registro e controle dos repasses do Tesouro e de outras receitas;
- e) pagamento de todos os valores de responsabilidade do IPEA, bem como recolhimento de obrigações sociais, impostos e taxas;
- f) processamento e controle das admissões e da movimentação do pessoal da entidade, inclusive dos servidores requisitados de outros órgãos;
- g) acompanhamento, registro e controle dos cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- h) suprimento de material e equipamentos às diversas áreas;
- i) controle e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços e de locação e sublocação de imóveis residenciais;

j) assessoramento técnico-jurídico no exame e elaboração de contratos e convênios e no acompanhamento de ações em juízo.

Dando continuidade às ações que objetivam o aperfeiçoamento da administração e do desenvolvimento de recursos humanos, desenvolveram-se os trabalhos de revisão do Plano de Cargos e Salários. Este Plano pretende fixar as bases de uma política de pessoal adequada à evolução havida na estrutura da entidade, decorrente da incorporação de novas responsabilidades, e que atenda e acompanhe de forma sistematizada as exigências que vierem a ser feitas. Além da definição dos cargos de acordo com as atividades atuais, pretende-se rever e adequar as tabelas de remuneração e os critérios de progressão dentro da carreira funcional.

Ainda na área de recursos humanos foi feita a revisão do programa de treinamento, que objetivou abranger um maior número de elementos treinados e a atender as peculiaridades do IPEA, mediante a realização de cursos internos de aperfeiçoamento do pessoal, já tendo sido realizado o curso de Técnicas de Arquivo, que será ampliado e desenvolvido com os demais cursos do programa de 1981.

Merece destaque também a elaboração da primeira versão do Plano de Assistência Médica-Odontológica para os servidores do IPEA, a ser submetida a aprovação.

O resultado da gestão econômico-financeira encontra-se demonstrado no quadro anexo.

G E S T Ã O E C O N Ô M I C O - F I N A N C E I R A
E X E R C Í C I O D E 1 9 8 0

F O N T E S

<u>A - RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO</u>	Cr\$	Cr\$
. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	1.057.460.000,00	
. CRÉDITOS SUPLEMENTARES	576.924.000,00	
. DESTAQUES DE "ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO"	<u>6.000.000,00</u>	1.640.384.000,00
<u>B - RECURSOS PRÓPRIOS</u>		
. SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	191.454.214,53	
. RECEITAS OPERACIONAIS E EVENTUAIS, ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS E OUTRAS	<u>33.901.434,82</u>	225.355.649,35
<u>C - RECURSOS RECEBIDOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS ESPECIAIS</u>		
. CONVÊNIO IPEA/FINEP/IBGE/BNDE/CNPq-PNPE	50.000.000,00	
. CONVÊNIO IPEA/FNDU/FDTU/EBTU	4.291.500,00	
. CONVÊNIO IPEA/MRE-CITRE	5.650.000,00	
. CONVÊNIO IPEA/MINTER	22.000.000,00	
. PROGRAMA PTSP/SEMOR	<u>15.000.000,00</u>	96.941.500,00
T O T A L		<u><u>1.962.681.149,35</u></u>

A P L I C A Ç Õ E S

<u>A - DESPESAS CORRENTES</u>		
. DESPESAS DE CUSTEIO	1.709.150.475,33	
. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	<u>16.005.774,24</u>	1.725.156.249,57
<u>B - DESPESAS DE CAPITAL</u>		
. INVESTIMENTOS	23.337.515,94	
. INVERSÕES FINANCEIRAS	<u>5.205.700,00</u>	28.543.215,94
<u>C - SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</u>		
. SALDO NÃO VINCULADO	147.541.084,89	
. SALDO VINCULADO A CONVÊNIOS E PRO GRAMAS ESPECIAIS	<u>61.440.598,95</u>	208.981.683,84
T O T A L		<u><u>1.962.681.149,35</u></u>